

# *Forestis*

ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL

# Agenda

- Jornada Técnica PORTUCALEA – Associação Florestal do Grande Porto, Estudo diagnóstico de prevenção florestal para a área do Grande Porto, 4 de Outubro, Forum da Maia
- Feira FIMMAP (Feira Internacional de Máquinas Para Trabalhar Madeira) – Ferrália (Salão de Acessórios e Equipamento Auxiliar para a Indústria da Madeira), 12 a 15 de Outubro, Exponor
- Seminário sobre “Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa” – 13 de Outubro de 2000, Exponor – organizado pela *Forestis*

## SUMÁRIO

Editorial	3
Entrevista	4
Vida da <i>Forestis</i>	8
Vida das organizações sub-regionais locais	12
Ficha Técnica	18



### FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL Nº 18  
EDITADO POR: *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DE PORTUGAL;  
INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR DA UNIV. DO PORTO, R. DO CAMPO ALEGRE, 823,  
4150-180 PORTO – TELF: 22 6006129 • FAX: 22 6090156 • EMAIL: forestis@mail.telepac.pt  
EXECUÇÃO GRÁFICA: RAINHO & NEVES, LDA. – SANTA MARIA DA FEIRA  
COORDENAÇÃO TÉCNICA: CAROLINA DOMINGUEZ  
COMITÉ DE REDACÇÃO: EQUIPA TÉCNICA DA *Forestis*  
NESTE NÚMERO COLABORARAM: ANTÓNIO A. AIRES, CAROLINA DOMINGUEZ, EDUARDO ROXO,  
LUÍS SARABANDO, NUNO CALADO, NUNO SOUSA, ROSÁRIO ALVES, RUI GIESTA, RUI XAVIER,  
SÉRGIO MARABUTO, ZULMIRA CAMPELO

# EDITORIAL

## A educação para o ambiente

Os frequentes fogos em extensas manchas florestais, cada vez mais frequentes, graves e devastadoras inundações, o multiplicar de catástrofes de proporções alarmantes, têm merecido tratamento de grande destaque nos média.

As populações a quem a informação noticiosa chega, assistem inquietas, intrigadas e confusas ao aparecimento e evolução destes fenómenos.

Por outro lado a poluição atmosférica, progressivamente mais extensa e sufocante, a localização e instalação de aterros sanitários, a poluição mais ou menos mortífera de muitos cursos de água, têm originado fortes reacções das populações locais. Os média, com a preocupação de estarem no lugar da notícia, para de imediato a difundirem, acorrem. Uma parte da população, através do trabalho jornalístico, assiste ao espectáculo sem grandes questionamentos; outros esboçam alguma solidariedade mais ou menos significativa; outros ainda exprimem nos seus círculos, radical discordância.

Para além destes marcos, mais emblemáticos, pense-se ainda no desconforto experimentado ao deparar, insistentemente, com autênticas lixeiras um pouco por todo o lado e às quais não é feita qualquer referência nem provoca, além de virar a cara para o lado, qualquer reacção. No entanto, ninguém é indiferente à sensação que uma bela paisagem ou um lugar aprazível proporcionam.

Deixando de parte muitas reflexões possíveis e noutras circunstâncias, desejáveis e necessárias, a propósito dos cenários atrás referidos, é forçoso reconhecer que o ambiente – de que nós fazemos parte – tem sofrido e continua a sofrer grandes e frequentes atropelos. É também forçoso reconhecer que poucos estão conscientes da situação e que ainda muitos menos manifestam sensibilidade, disposição e discernimento para, com alguma correcção, lutar pela inversão de marcha até agora seguida.

Esta realidade não pode esquecer que:

- O ambiente não reconhece fronteiras;
- O ambiente tem a ver com tudo e com todos;
- O ambiente exige visão global em inserção local;
- O ambiente exige conhecimento global.

Todos somos caminheiros que juntos vamos aprendendo a caminhar e a descobrir horizontes renovados.

É pois, uma educação de paradigma novo.

A educação para o ambiente só pode ser uma abordagem global, porque também aqui o todo é mais do que a soma das partes.

A educação para o ambiente não pode deixar de alimentar a solidariedade, até porque os problemas são

globais e não se resolvem com gestos isolados individualistas.

É a solidariedade que permite avançar para a transformação global de mentalidades, atitudes, comportamentos, motivações.

A educação para o ambiente só o será, se reforçar e puser de manifesto o exercício da cidadania, partindo das linhas de força das culturas, diversas, das sociedades locais e/ou regionais.

A educação para o ambiente terá de ser envolvente e ela só o será se também empenhar todos os sectores organizados da sociedade. Em primeiro lugar deverá ser garantida nas escolas, mas numa perspectiva transdisciplinar. Se entrasse como mais uma disciplina, representaria mais uma sobrecarga inútil no currículo, destruiria a própria novidade do paradigma, comprometeria a possibilidade de sensibilização e mobilização e falharia a sua finalidade. É a transdisciplinaridade que, como olhar novo, aberto, transcultural, conduz, com rigor, à descoberta, compreensão e aceitação dos vários níveis de realidade.

Sendo a educação para o ambiente um mergulho na realidade, esta não pode ficar circunscrita à escola. Como atrás se afirmava, é obrigação de todas as organizações e sectores da sociedade dar-lhe continuidade através de programas credíveis. Prestar-se-á desta forma um serviço público à sociedade que como tal, deve ser reconhecido e remunerado.

Também aqui se pode evidenciar a coerência associativa se ao descobrir o espaço que individualiza cada uma das organizações ou associações, em vez de enveredar por tentações de supremacia estéril, forem tentadas formas diversificadas ou parcerias.

Efectivamente as parcerias são elemento fundamental para:

- Quebrar o isolamento;
- Desenvolver e estimular a cooperação;
- Rentabilizar esforços e meios;
- Criar encontro de sensibilidades e debate de ideias inerentes à especificidade de cada organização;
- Construir solidariedade;
- Descobrir a complexidade e riqueza da problemática em questão;
- Garantir ritmos de eficácia;

Nesta perspectiva não se compreenderia que ficassem de fora as associações florestais. Que argumento conseguiria justificar tal ausência ou exclusão? Uma vez que a educação para o ambiente urge, o envolvimento de todos é indispensável.

# ENTREVISTA

## DIRECTOR REGIONAL DE AGRICULTURA DE TRÁS-OS-MONTES: PROF. DOUTOR JOÃO TEIXEIRA DE AZEVEDO

### 1 – Qual é o diagnóstico que o Senhor Director faz da floresta de Trás-os-Montes e Alto Douro?

A floresta arborizada de Trás-os-Montes representa cerca de 26% (300.000 ha) da área da região, ao que se poderá adicionar 400.000 ha de incultos cuja aptidão é essencialmente florestal, destacando-se ainda o importante peso das áreas comunitárias (150.000 ha). Caracteriza-se por uma fraca distribuição de pinheiro bravo, aproximadamente metade da área arborizada e de queríceas. Como principais lacunas, destacam-se a pouca implementação do associativismo para aquilo que seria desejável existir, o absentismo de muitos proprietários florestais e a consequente falta de ordenamento florestal que se pensa vir a corrigir com a elaboração dos PROF.

No entanto, tem havido um incremento das áreas arborizadas e beneficiadas da região, a que não é alheia a grande adesão que houve por parte de alguns proprietários florestais privados e pelo Estado, nas matas comunitárias, às medidas do 2º QCA; privilegiou-se, por outro lado, a diversidade de espécies florestais, apostando-se claramente na plantação de folhosas nos povoamentos recém instalados, perspectivando-se para essas áreas uma floresta mais protegida e valorizada paisagisticamente. Para reforçar esta ideia, estimam-se a título provisório que nos últimos 6 anos foram executados 2.200 projectos em cerca de 43.000 ha, com um investimento de 6.500.000 contos entre arborização e beneficiação.

Realce-se ainda, o papel desempenhado pelo N.R.C.N.G.F. que intensificou muito significativamente o nível de fiscalização sobre as diversas matérias relacionadas com a floresta transmontana (caça, pesca, protecção de arvoredos, incêndios florestais, etc).

### 2 – Em que medida acha que o novo quadro comunitário resolve os problemas apontados por este diagnóstico?

No âmbito do 3º QCA já saíram alguns diplomas legais que regulamentam o conjunto de apoios à

fileira florestal, continuando a ser instrumentos valiosíssimos para a implementação de novas arborizações e beneficiações, dado os incentivos preconizados.

Salientam-se ainda, as medidas regionais, a serem publicadas brevemente em portarias, esperando-se que venha a haver uma forte adesão em Trás-os-Montes, o que vai permitir um desenvolvimento do associativismo florestal, maior e melhor apoio ao sector e à nossa floresta.

### 3 – Quais as prioridades que esta Direcção Regional tem em relação à floresta da região?

As prioridades passam pela necessidade de aumentar o apoio às áreas florestais comunitárias, estimular o associativismo como modelo de desenvolvimento do sector florestal privado, continuar a providenciar o incremento da área arborizada, mas também salvaguardar a sua protecção contra incêndios.

Acrescente-se que algumas destas questões poderão ter um contributo válido com a elaboração dos PROF, que preconizam a caracterização da floresta em Trás-os-Montes e o seu ordenamento.

### 4 – Acha necessário um novo modelo de gestão dos baldios? Porquê?

Na generalidade, não vemos necessidade de alterar o actual modelo de gestão das áreas baldias submetidas a regime florestal parcial; porém, reconhece-se que é preciso evoluir, evolução essa que passa essencialmente, pelo reforço da capacidade operativa dos órgãos co-gestores, isto é, da DRATM e das comunidades detentoras dessas áreas pelo que, neste contexto, torna-se fundamental a envolvimento dinâmica destas últimas estruturas.

### 5 – Qual é a dinâmica desta Direcção Regional em relação aos Planos Regionais de Ordenamento Florestal?

A DRATM tem participado em todas as reuniões realizadas com a DGF e restantes DRA no âmbito da harmonização de metodologias para a elaboração dos PROF, não descurando o estabelecimento de contactos unilaterais com instituições, visando sempre garantir esse objectivo.

Actualmente, decorrem os mecanismos necessários à constituição da comissão mista de acompanhamento junto de várias entidades, conforme estipulado no nº 3 do Art. 9º do Dec-Lei nº 204/99 e a resolução de Conselho de Ministros aprovado recentemente, perspectivando uma reunião das 3 comissões (uma por cada PROF) ainda, ao longo do mês de Setembro.

#### **6 – Na sua opinião, qual é o papel que as organizações florestais devem desempenhar nesta região?**

Pelo exposto já anteriormente, reafirma-se que o papel das organizações florestais poderá e deverá ser extremamente importante, face às características da propriedade florestal privada da região que possui uma dimensão média por proprietário bastante reduzida.

Assim, pensa-se que a promoção do associativismo e o aparecimento de outras organizações ligadas ao sector são fundamentais para o desenvolvimento florestal de Trás-os-Montes, nos pressupostos da sua contribuição principalmente, para o emparcelamento de áreas e redução do absentismo, numa perspectiva de gestão desses espaços.

#### **7 – Como avalia o que se tem feito relativamente à brigadas de sapadores florestais?**

Dado o já referido elevado grau de absentismo de maior parte dos proprietários florestais conjugado com a ainda diminuta expressão do associativismo na região a apatia de alguns órgãos co-gestores de áreas comunitárias, pensa-se que deveria ser dada a oportunidade à DRATM, aos Parques Naturais e às autarquias para se poderem candidatar nesta área, à constituição de brigadas de sapadores florestais, de modo a possibilitar o aparecimento do maior número possível destas estruturas que se entendem serem importantíssimas no auxílio à gestão florestal, no apoio fundamental à prevenção, primeira intervenção e rescaldo a fogos florestais, podendo ser responsáveis pela alteração futura de forma positiva ao panorama actual de terra queimada que é uma triste realidade regional e nacional.

#### **8 – A Lei de Bases prevê a criação de um fundo financeiro florestal que tarda a ser regulamentado. Na sua opinião, este fundo é necessário? Como poderia funcionar?**

O fundo financeiro preconizado no Artº18º da Lei de Bases Florestal poderá ter uma aplicação importante em Trás-os-Montes numa forma genérica, sendo de destacar no entanto, a instituição de um sistema bonificado de crédito florestal que permita implementar acções de emparcelamento imprescindíveis para um melhor ordenamento e gestão florestais, contrariando assim o minifúndio e absentismo dos proprietários conforme já se referiu anteriormente.

## **PROGRAMAS DO QCA III**

Como é do conhecimento geral, Portugal inicia este ano uma nova fase de investimento que tem por base as ajudas do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), que terá duração de sete anos durante o período 2000-2006.

Independentemente de sabermos se é ou não a última oportunidade de obter ajudas significativas da União Europeia (UE), e tudo leva a crer que sim, cada um de nós tem cada vez mais que tomar consciência que o nosso futuro colectivo e individual, depende em grande parte da boa aplicação que fizermos dos recursos que estarão disponíveis.

Muitas vezes os incentivos não são os desejados, mas apenas os possíveis, cabe aos investidores aceitá-los ou não.

No caso do sector florestal, e da produção em particular, os proprietários ao decidirem recorrer às ajudas têm que ter presente que a sua tarefa não termina com a execução do investimento inicial. A produção florestal é uma actividade de longo prazo, que obriga a um acompanhamento atento, em especial nos primeiros anos dos projectos.

Quando contratualiza a execução de um projecto florestal com o Estado, o proprietário deve

ter a noção do período de vigência do contrato e das suas obrigações e direitos durante esse intervalo de tempo. Deve ainda ter em atenção que tem que cumprir o plano de gestão constante do projecto que pode, em termos temporais, ultrapassar a vigência do contrato.

Para que o sistema de ajudas seja eficaz, é importante que cada um dos intervenientes seja responsável e responsabilizado pela sua acção.

Quer se trate de proprietário, técnico, prestador de serviços ou funcionário público, todos têm papéis activos a desempenhar, e é suficiente que um deles se alheie das suas competências para que a inércia se instale. E em relação a este aspecto convém referir que, neste QCA, o cumprimento dos prazos tem de ser mais rigoroso, pois a actual gestão não permite transição de verbas de um ano para o outro.

Plano de Desenvolvimento Regional PDR	
Programa Operacional da Agricultura AGRO	Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural AGRIS
(âmbito Nacional)	(âmbito Regional)
<b>Portarias publicadas:</b> ✓ <b>Port.nº533-D/2000</b> Apoio à Silvicultura e restabelecimento do potencial de produção silvícola ✓ <b>Port.nº533-E/2000</b> Exploração florestal e Comercialização e Transformação de Material lenhoso e gema de pinheiro ✓ <b>Port.nº533-F/2000</b> Apoio à produção de plantas e sementes ✓ <b>Port.nº533-G/2000</b> Colheita transformação e comercialização de cortiça	<b>Em preparação:</b> ✓ Instalação de organizações florestais ✓ Apoio à prestação de Serviços ✓ Apoio à Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse publico ✓ Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos ✓ Apoio à instalação de prestadores de serviços florestais

Esta legislação está disponível na internet, no endereço: [www.min-agricultura.pt](http://www.min-agricultura.pt)

### Portaria nº 533-D/2000

De todas estas portarias acima mencionadas, a que mais directamente interessa aos proprietários é a 533-D que regula as ajudas ao investimento nas seguintes vertentes:

- Arborização e rearborização
- Manutenção de povoamentos florestais
- Beneficiação
- Construção e beneficiação de infraestruturas
- Actividades de uso múltiplo em superfícies florestais,

para todos estes investimentos são elegíveis as despesas com:

- Cartografia digital
- Elaboração e acompanhamento de projecto
- Despesas com constituição de garantias

Em relação aos montantes elegíveis, que são fixados por despacho do Sr. Ministro da Agricultura, e que por isso podem ser mais facilmente alvo de alteração, ao contrário do que sucedia no passado em que os montantes eram estabelecidos em portaria, os montantes de referência são:

(Re) arborização		Montante referência por hectare
Em situações fáceis	< 15%	230.554
Em situações difíceis	>15%	280.675
Protecções individuais		50.121
Cercas		360.868
Culturas de cobertura sobre o solo		30.072

Beneficiação		Montante referência por hectare
Substituição de povoamentos ecologicamente mal adaptados ou cuja produção se encontra abaixo do potencial produtivo	< 15% / >15%	310.747 / 360.868
Outras operações de Beneficiação		170.410

Infraestruturas		Montante referência por KM
Rede viária	Construção	801.928
	Beneficiação	400.964
Rede divisional	Construção	100.241
	Beneficiação	60.145
Pontos de água	Construção	801.928
	Beneficiação	400.964

Beneficiação	Montante referência por hectare
Podas	300.723
Outras	170.410

Manutenção (5 anos)	
Resinosas	100.241
Folhosas	150.362
Zonas de alta susceptibilidade à desertificação	175.422

Elaboração e acompanhamento	Elab	Acomp	Total
<5ha ou <1500c.	30.072	103.248	133.321
5-10ha	50.121	120.289	170.410
10-20ha	60.145	150.362	210.506
20-50ha	90.217	180.434	270.651
50-100ha	140.337	230.554	370.892
>100ha	210.506	300.723	511.229

A estes valores acresce IVA à taxa legal, caso o beneficiário esteja sujeito ao regime de isenção

PUB.

Esta portaria vem no seguimento do Programa de Desenvolvimento Florestal (medida 3.1 do PAMAF), mais conhecido por PDF e em relação ao qual destacamos as seguintes alterações:

- ✓ Maior ajuda a acções de condução de povoamentos como podas de formação e desramações;
- ✓ Ajuda a (re) arborização com espécies de rápido crescimento mesmo que exploradas a rotações inferiores a 20 anos, mas só quando o beneficiário é considerado agricultor;
- ✓ Introdução de normas ambientais a cumprir durante os projectos e designadas por Boas Práticas.
- ✓ Introdução do Livro de Obra, que pretende diminuir a morosidade do circuito dos relatórios de execução. Este livro tem que estar sempre na obra e disponível para a fiscalização. Sendo suficiente apresentar uma cópia para iniciar o processo de pagamentos.

## Alfredo Moreira da Silva & Filhos, Lda.



Quinta da Revolta - Rua do Freixo - 4300-210 Porto  
 Tel.: 351 22 531 30 20 Telefax: 351 22 531 30 29  
 Email: viveiros.ams@mail.telepac.pt

# VIDA DA *Forestis*

## Comissão de Acompanhamento da Actividade da Central Termoeléctrica de Mortágua

A *Forestis*, através do Despacho conjunto n.º 980/99 de 22 de Outubro, foi indigitada para integrar uma Comissão de Acompanhamento da Actividade da Central Termoeléctrica de Mortágua (CACTM), a par da Direcção Geral das Florestas, que preside, Direcção Geral da Indústria, Instituto de Resíduos, Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais, Instituto Nacional de Investigação Agrária/Estação Florestal Nacional, Associação das Indústrias da Madeira e Mobiliário de Portugal, Associação da Indústria Papeleira, Federação dos Produtores Florestais de Portugal e a Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente.

Esta central utiliza como matéria prima para a produção de energia eléctrica a biomassa vegetal. Desde o seu início originou fortes preocupações nos agentes do sector florestal pelos impactos negativos que a actividade da central poderia provocar ao nível da fileira florestal (consumo de materiais com uso industrial), ambiental (perda de fertilidade dos solos florestais por consumo excessivo da matéria orgânica) e até económico (os custos elevados na recolha e transporte da biomassa vegetal para fornecimento de uma central destas dimensões tornam necessário um apoio económico regular). Neste sentido, os Ministérios da Administração Interna, da Economia, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do Ambiente, decidiram constituir a já referida Comissão de Acompanhamento para, de uma maneira geral, analisar a actividade da central e os seus impactos, positivos e negativos, junto do sector florestal.

Na qualidade de membro da CACTM, a *Forestis* participou já em 4 reuniões tendo sido identificados dois problemas principais:

1. Viabilidade Económica – os custos inerentes à exploração e manutenção da actividade da Central Termoeléctrica que não permitem a sua sustentabilidade económica;
2. Abastecimento – a questão do abastecimento não foi devidamente ponderada. O problema

é a recolha e transporte de biomassa vegetal, questão que é agravada pela estrutura da propriedade na região e pela opção de ainda não ter sido instalada uma rede periférica de parques de recolha.

A *Forestis*, ao participar nesta CA, espera conseguir resultados credíveis que permitam fazer uma análise aos objectivos atingidos relativamente ao investimento realizado, aos custos de exploração e manutenção, e aos objectivos propostos, nomeadamente:

- A redução do risco de incêndio;
- A redução da dependência energética do País com recurso a fontes de energia alternativas e renováveis.

## Apresentação de proposta de legislação sobre protecção de sobreiro e azinho

No dia 21 de Agosto, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, promoveu uma jornada de trabalho, em S. Brás de Alportel, dedicada ao sector corticeiro e para a qual foram convidadas pessoas e entidades ligadas, directa e indirectamente, aos problemas do sobreiro e do azinho.

Esta iniciativa pretendeu proporcionar a oportunidade de dar a conhecer as medidas do Ministério referentes à protecção deste sector específico e também facilitar um diálogo, com troca de experiências, expectativas e dificuldades de toda a fileira, mais directamente relacionadas com o sobreiro.

De acordo com o previsto, começou-se por visitar os diferentes sectores das fábricas corticeiras “Gago, Lda” e “Nova Cortiça”, ambas situadas na mesma rua. A “Gago, Lda” dedica-se à selecção, classificação e 1º tratamento da cortiça, enquanto que na “Nova Cortiça” a laboração vai até ao fabrico dos diferentes tipos e qualidades de rolhas.

Concluídas as visitas às instalações das fábricas, no auditório desta última, teve lugar a apresentação, pelo Senhor Ministro, dos projectos levados a cabo pelo seu Ministério e da proposta

de alteração da legislação sobre a protecção do sobreiro e do azinho. No início desta sessão foi distribuído, aos jornalistas, um dossier com dados sobre o assunto da jornada e incluindo, logicamente, a proposta de alteração de legislação. Esta proposta já anteriormente havia sido enviada às diferentes associações para lançar a discussão pública.

A *Forestis*, que também esteve presente, deu então a conhecer a sua estranheza por, até aquele momento, esta Federação não ter recebido qualquer proposta de alteração de legislação.

Na exposição foi salientado que as alterações propostas visavam, fundamentalmente, criar mecanismos dissuasores de infracção e estabelecer normas explícitas a que os abates e exploração se devam submeter.

Concluída a exposição do Senhor Ministro e esgotadas as questões colocadas pelos jornalistas, seguiu-se, para fechar a jornada, um almoço para as cerca de 50 pessoas presentes.

## Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)

O processo de elaboração dos PROF já está, finalmente, a decorrer. A Resolução do Conselho de Ministros do passado dia 24 de Agosto de Agosto, foi o passo necessário para formalizar este processo que se prevê complexo. Já está definida a área territorial dos 21 PROF que cobrem Portugal Continental e as Direcções Regionais de Agricultura (DRA) já iniciaram os contactos com os diversos parceiros que, de acordo com a Lei n.º 204/99 e a referida Resolução de Conselho de Ministros vão integrar a Comissão Mista de Coordenação.

No sentido de prevenir e assegurar uma efectiva participação dos proprietários florestais neste processo, a *Forestis*, como representante dos proprietários florestais no País, tem estado presente nas reuniões que o Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, o Eng.º Victor Barros, promoveu, nos dias 15 de Junho e 13 de Julho, sobre os PROF. Para além de ter sido discutidas a proposta de área territorial de cada PROF, a constituição das Comissões Mistas de Coordenação (CMC) e a proposta de um Guião para a Coordenação e Harmonização dos PROF (relembre-se que a elaboração dos PROF é da responsabilidade das diferentes DRA, pelo que é extremamente importante a

homogeneidade de critérios e de processos na elaboração dos 21 PROF), a *Forestis* chamou ainda a atenção para o facto de a legislação ser omissa quanto à actividade das CMC, nomeadamente: definição de competências, direito de voto, participação, etc, tendo sugerido a elaboração de uma estrutura comum de Regulamento Interno.

Atendendo aos atrasos verificados, gostaríamos de acreditar que no prazo de 2 anos, todos

### OBJECTIVOS DOS PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

1. Constituir um diagnóstico integrado e permanentemente actualizado da realidade florestal da região;
2. Estabelecer a aplicação regional das directrizes estratégicas nacionais de política florestal nas diversas utilizações dos espaços florestais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;
3. Estabelecer a interligação com outros instrumentos de gestão territorial, bem como com planos e programas com relevante interesse, nomeadamente os relativos à manutenção da paisagem rural, à luta contra a desertificação e à conservação dos recursos hídricos;
4. Definir normas florestais ao nível regional e a classificação dos espaços florestais de acordo com as suas potencialidades e restrições;
5. Promover o fomento da floresta e dos recursos associados, a conservação dos ecossistemas de singular valor natural e manutenção da diversidade biológica específica, bem como a protecção dos espaços florestais mais vulneráveis aos agentes bióticos e abióticos e estabelecer zonas de intervenção prioritária para agentes públicos e privados;
6. Definir a dimensão a partir da qual as explorações florestais privadas são sujeitas a planos de gestão florestal;
7. Potenciar a contribuição dos recursos florestais na fixação das populações ao meio rural.

os PROF's estejam elaborados. Para isso, várias condições são necessárias, sendo prioritária a dos meios financeiros que serão adstritos às entidades responsáveis pela sua elaboração e uma eficiente cooperação entre as Direcções Regionais de Agricultura e a Direcção Geral das Florestas, entidade coordenadora.

Os PROF, ao definir a dimensão mínima a partir da qual as explorações têm que ter e cumprir um plano de gestão florestal vão dar por fim um dos passos necessários para uma gestão activa e sustentada da floresta. No entanto, levantam-se ainda algumas dúvidas, nomeadamente:

1. O que é que se faz às áreas que não têm a dimensão mínima que obriga à implementação de um plano de gestão florestal? Esta pode ser a situação de uma grande maioria dos proprietários do minifúndio. Continuam essas áreas a ficar abandonadas? Ou criam-se os incentivos eficazes necessários para a

constituição de áreas agrupadas de maior dimensão?

2. Tendo em conta que os PROF's são instrumentos sectoriais de gestão territorial, só são vinculativos para os privados (que possuem 85 % da floresta portuguesa) após serem incluídos nos PDM's. Ora, os PDM's já estão em revisão pelo que, quando os PROF já estiverem prontos, essa oportunidade já estará perdida tendo-se que aguardar pelo próximo período de revisão (10 anos). Isto levanta a questão de saber qual será a verdadeira força e impacte da elaboração e implementação destes planos no curto prazo.

## Reunião do Conselho de Direcção

Em 14 de Julho, o conselho de Direcção reuniu na *Forestis* para avaliar algumas questões estratégicas para o movimento, nomeadamente a posição da *Forestis* relativamente às questões de certificação florestal e ao novo Quadro Comunitário. Com uma visão crítica e construtiva, o conjunto dos membros do conselho de Direcção, representantes máximos das organizações filiadas na *Forestis*, participaram muito activamente na procura de soluções para os problemas com que este movimento associativo se depara.

## Reunião de técnicos



As reuniões de técnicos realizadas mensalmente entre os técnicos florestais das Organizações Sub-Regionais na *Forestis* revelam-se momentos fundamentais para a vida do movimento *Forestis*. Ao longo do ano corrente têm-se realizado alternadamente reuniões em sala e em campo.



## Formação do 1º semestre 2000: respondeu-se às necessidades

O empenho e a dedicação da equipa do Departamento de Formação da *Forestis* foram factores-chaves para o sucesso do programa ambicioso de formação realizado no primeiro semestre do Ano 2000 com 19 cursos dirigidos a proprietários florestais sócios ou potenciais sócios das Organizações Sub-Regionais.

As necessidades de Formação do Movimento *Forestis*, ao longo do tempo, vão modificando-se: Com efeito de 1996 a 1999 efectuaram-se essencialmente cursos genéricos (Associativismo, Gestão e Defesa Florestal, Gestão e Protecção da floresta, etc.) que abrangiam vários temas, tendo sempre como grande finalidade convencer os proprietários a investir na floresta, inculcar o espírito empresarial e o associativismo florestal. No ano 2000 continuámos a efectuar cursos genéricos, mas foram também realizados 8 cursos específicos, 2 sobre o castanheiro e 6 de podas e desramações. Estes cursos são de aperfeiçoamento de conhecimentos sobre assuntos muito específicos. Saber saber e sobretudo saber fazer são os objectivos essenciais dos cursos. Dito de outra maneira, os proprietários devem ficar aptos a colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da formação.





Todos os cursos atingiram os objectivos sendo o balanço fortemente positivo. Destacamos no entanto o curso sobre o castanheiro, denominado "O souto, o castanho e a castanha" realizado no concelho de Bragança. Neste concelho o castanheiro desempenha um papel fundamental para a economia local, porém nos últimos anos tem-se assistido a um declínio na sua produção devido à má instalação dos Soutos, levando a prejuízos consideráveis na produção de fruto e material lenhoso e à desmotivação ao investimento. Os participantes consideraram que os pontos fortes do curso foram:

- conteúdos temáticos de extrema importância nomeadamente – podas, importância dos

- cogumelos, enxertia, tratamento das doenças do castanheiro, plantações, tratamento e mobilização do solo, a formação da árvore, etc.;
- aquisição de conhecimentos e competência para ser aplicadas na vida profissional;
- troca de ideias, experiências e motivação para o interesse pelas florestas;
- os formadores foram excelentes;
- a participação dos formandos;
- as visitas de estudo;
- o convívio entre os produtores de castanha;
- a organização do curso.

Esta acção teve um grande impacto na Região não só pela importância vital do castanheiro para a economia da população rural, mas também pelo facto dos participantes e dos formadores especialistas em doenças do castanheiro, terem descoberto uma área considerável afectada pela doença – cancro do castanheiro.

### Audiência com o partido socialista

Atendendo aos problemas que se vislumbram, fruto da regulamentação deste Quadro Comunitário, e no sentido de sensibilizar o conjunto dos partidos políticos para a importância do associativismo florestal e da necessidade de um efectivo reconhecimento do seu papel através de uma compensação justa para as actividades por ele desenvolvidas, a *Forestis* solicitou audiências junto das direcções dos diferentes partidos, tendo sido recebidos até hoje pelo partido socialista. A reunião, que decorreu em Lisboa em 23 de Agosto, na sede do partido, foi profícua, pelo que esperamos uma resposta muito em breve aos problemas expostos, nomeadamente aos relativos à falta de comunicação entre o Ministro de Agricultura e a *Forestis*.



DGF  
Direcção-Geral  
das Florestas

# VIDA DAS ORGANIZAÇÕES FLORESTAIS SUB-REGIONAIS FILIADAS

## Cooperativa Silvo-Agro-Pecuária de V. Nova do Ceira. (SOS: Formação...)

Pretendendo publicitar o **novo viveiro florestal** desta Cooperativa e querendo apostar na **formação dos proprietários florestais** desta Região a Cooperativa Vila Nova do Ceira promoveu com a ALIANÇA FLORESTAL e o RAIZ uma visita de estudo ao viveiro florestal da Torre Bela e ao Centro de Investigação florestal (RAIZ) em Alcoentre.

No centro RAIZ, foram abordados os diferentes objectivos deste Instituto, como a investigação e o apoio tecnológico, tendo sempre como objectivo geral a preservação do ambiente e a sua biodiversidade. Numa fase posterior desta acção de esclarecimento, foram demonstradas algumas técnicas de adubação, plantação e condução de povoamentos florestais.

Seguidamente, procedeu-se à visita do viveiro florestal. Aqui, deu-se a conhecer aos intervenientes todo o processo de produção de plantas clonais de Eucalipto como a selecção de estacas nos «pés-mães», o seu enraizamento, a escolha do substrato, o transporte para as estufas e para as zonas de atempamento.

Para terminar a viagem, visitou-se um «povoamento clonal» sob gestão da ALIANÇA FLORESTAL, onde se puderam observar os bons resultados que se conseguem obter com as suas plantas e com métodos de condução (limpezas, adubações e preparação do solo) adequados ao terreno.

Para concluir, esta visita permitiu enriquecer um pouco mais o conhecimento do proprietário florestal desta região. Sentimo-nos gratificados por tal acontecido, pelo que queremos apostar cada vez mais na formação e transmissão de conhecimentos...

Não podemos esquecer que as florestas, com as suas funções múltiplas, constituem uma parte essencial das zonas rurais e são um pilar fundamental da política de desenvolvimento rural integrado, nomeadamente pelo seu contributo para o rendimento e o emprego e pelo seu valor ecológico e social.

Rui Giestas (Eng. Florestal – UTAD)

## Associação Florestal do Baixo Vouga

### Curso “Gestão da Floresta no Baixo Vouga”

A Associação Florestal do Baixo Vouga, com o apoio da *Forestis*, desenvolveu um curso de formação para produtores florestais, denominado “Gestão da Floresta no Baixo Vouga”. O objectivo principal deste curso era o de aumentar o nível de conhecimentos dos produtores florestais por forma a que efectuem uma gestão técnica e economicamente mais correcta das suas propriedades. Para além disso, e numa opinião pessoal, considero que um dos aspectos mais importantes deste tipo de formação, é o facto de se criar um espaço de reunião entre vários agentes do sector florestal, no qual se confrontam várias

ideias, opiniões, formas de trabalho, informação, etc.

Ao longo das 4 sessões (29 de Abril, 6, 20 e 27 de Maio) foram abordadas temáticas como noções gerais de silvicultura (escolha de espécies adequadas, técnicas de preparação de terreno, etc.), gestão e condução do Eucalipto, gestão e condução de Pinhal e arborização de terrenos agrícolas.

Este programa acabou por revelar-se demasiado ambicioso já que, dado o excelente grupo de formandos, o interesse suscitado pelos temas e o excelente desempenho dos formadores, o tempo escasseou e apenas permitiu uma abordagem muito superficial de alguns assuntos. No entanto, tratando-se da primeira experiência do

género na nossa Associação, era nosso objectivo focar um vasto leque de assuntos na tentativa de avaliar quais as necessidades mais específicas de formação/informação dos formados presentes, que representam uma amostra do nosso público-alvo para futuros cursos do género.

O balanço final pode considerar-se positivo já que, de um modo geral, foi conseguida a satisfação dos formandos. Este resultado animador funciona também como um estímulo à organização, que ganha, assim, novas energias para a organização de futuras acções similares.

Gostaria ainda de agradecer a todos os que, das diversas formas, estiveram envolvidos nesta acção e que nos possibilitaram um grande leque de novas experiências, quer ao nível profissional, quer ao nível humano.

### **Demonstração com o Centro Pinus**

No passado dia 1 de Julho, a Associação Florestal do Baixo Vouga integrou, conjuntamente com a Unimadeiras SA, uma acção organizada pelo CENTRO PINUS que visou a sensibilização dos produtores florestais para a necessidade de realização de diversas práticas culturais na gestão e manutenção dos povoamentos de pinheiro bravo com vista à obtenção de madeira de qualidade.

O programa consistiu numa deslocação a Penedono, para observação de um pomar seminal recentemente instalado, e na visita a um povoamento de pinhal bravo, localizado em Paradela – Sever do Vouga, para demonstração prática de algumas operações florestais de condução e manutenção do pinhal, bem como de alguns equipamentos apropriados para a sua realização.

### **Inauguração de nova Sede**

No dia 29 de Julho, a Associação Florestal do Baixo Vouga inaugurou nova sede em Albergaria-a-Velha, num espaço cedido pela Câmara Municipal, situada no Centro Coordenador de Transportes – Loja 7, Albergaria-a-Velha.

Precedendo o acto de inauguração da dita sede,

decorreu, no salão da Caixa de Crédito Agrícola de Albergaria-a-Velha uma reunião de trabalho promovida pela Direcção da Associação para os associados, que teve dois pontos principais: no primeiro foi apresentado um relatório das actividades desenvolvidas pela Associação no decorrer do presente ano; no segundo ponto da agenda foi minuciosamente descrito um ambicioso Plano Estratégico para a Associação, a implementar futuramente e através do qual a actual Direcção pretende conseguir a consolidação definitiva do associativismo florestal na região.

Numa óptima tarde de Verão, com condições extremamente convidativas para várias actividades de lazer, foi bastante agradável apreciar o interesse com que o considerável grupo de produtores florestais assistiu à apresentação anterior.

O evento prosseguiu depois no Centro Coordenador de Transportes, onde foi possível observar a presença do Dr. Rui Marques, Presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, e de vários Presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Albergaria-a-Velha. Após a visita às novas instalações, seguiram-se os inevitáveis discursos. O Eng.º José António Laranjeira, Presidente da Direcção da Associação, agradeceu publicamente à Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha pela cedência das instalações e apelou depois a todos os associados para que auxiliassem a disseminação do associativismo florestal, na sua opinião, a única forma de atingir a gestão sustentada e defesa da Floresta.

Tomando a palavra, o Dr. Rui Marques, ressaltando a importância do sector florestal na economia do concelho de Albergaria-a-Velha e concelhos vizinhos, mostrou-se bastante agradado por receber a Associação Florestal do Baixo Vouga no seu concelho e efectuou votos de um futuro repleto de sucessos.

Por fim, seguiu-se um pequeno convívio onde, entre várias conversas informais, reinava o reconhecimento das enormes potencialidades da Associação e o enorme desejo de sucesso futuro.

Luís Sarabando (Técnico da AFBVouga)

## **Associação Florestal do Lima**

### **Brigada de sapadores florestais**

Proteger a floresta contra incêndios florestais constitui um dos objectivos prioritários estabelecidos pela Lei de Bases da Política Florestal. Para a prossecução de tal objectivo e pensando mais concretamente no Vale do Lima, a Associação

Florestal do Lima (AFL) estabeleceu com a Direcção Geral das Florestas (DGF) um protocolo, assinado no dia 4 de Agosto de 2000, para a criação de uma brigada de sapadores florestais.

A concretização deste protocolo só foi possível

## O futuro das florestas está nas nossas mãos.

Pela experiência de tantos anos na Portucel e Soporcel, pelo vasto conhecimento que temos da floresta portuguesa, pelo recurso às técnicas florestais mais adequadas e pelo profundo respeito que temos pela Natureza e por SI, estamos aptos a otimizar a gestão da actividade florestal, de forma sustentável. Nas áreas de produção de plantas, arborização, conservação, defesa contra fogos, Informação e exploração florestal, gestão de espaços agro-florestais e ainda em projectos especialmente adaptados ao seu caso, asseguramos o melhor nível de qualidade de serviço a todos os nossos clientes.

Contacte-nos, porque o futuro das florestas também está nas suas mãos.

**[www.alflorestal.pt](http://www.alflorestal.pt)** - Tel. 21 382 43 35



**ALIANÇA  
FLORESTAL**

com o apoio da Câmara Municipal de Ponte de Lima, uma vez que, no quadro actual do associativismo florestal, a AFL não tem capacidade financeira para suportar os custos inerentes a uma brigada de sapadores florestais.

A brigada de sapadores florestais tem como funções a prevenção de incêndios florestais através de acções de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoaamentos, de realização de fogos controlados, a manutenção da rede divisional e linhas quebra-fogo e, ainda, a vigilância da área do Vale do Lima, apoio ao combate aos incêndios florestais e subseqüentes operações de rescaldo.

A brigada de sapadores florestais da AFL é constituída por cinco elementos, naturais do concelho de Ponte de Lima, aos quais foi dada uma formação inicial pela DGF, tendo ao seu dispôr uma viatura todo-o-terreno, com depósito de água

e extintor para primeiras intervenções, motorcadoras, motosserras e instrumentos para limpezas, bem como equipamentos individuais e meios de comunicação.

Esta brigada iniciou a sua actividade, no passado mês de Julho, no Monte de Santa Maria Madalena, área considerada prioritária pela AFL e Câmara Municipal de Ponte de Lima, seguindo-se o monte de Santo Ovídeo, Bertíandos e outras áreas de interesse público.

A AFL aguarda, entretanto, o deferimento, por parte da DGF, da candidatura de mais 3 brigadas de sapadores florestais, para os restantes concelhos da sua área de intervenção, na tentativa de minimizar o flagelo dos incêndios florestais que devastam, todos os anos, grande área de floresta do Vale do Lima, zona considerada de alto risco.

Nuno Sousa (Técnico da AFL)

## Notícias da URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela – Jornadas Técnicas sobre Fogos Florestais



Tiveram lugar no passado dia 08 de Julho, as primeiras Jornadas Técnicas organizadas por esta Associação subordinadas ao tema dos *Fogos Florestais*, onde estiveram presentes além de proprietários florestais, várias entidades ligadas ao sector florestal. Apesar de ter sido desejável uma mais significativa afluência e participação da comunidade local, o balanço acaba por ser positivo. Na sessão de abertura estiveram presentes representantes da Direcção Geral de Florestas, do Governo Civil da Guarda, da Câmara Municipal de Gouveia, do Parque Natural da Serra da Estrela, da direcção da URZE e o Prof. Francisco Rego.

A jornada, teve uma temática de grande interesse e pertinência, dado o número de fogos que anualmente flagelam a região e que não consomem só matos, mas também as poucas árvores

existentes tendo implicações económicas, ambientais e climáticas, para além de afectarem o turismo que não gosta de conviver com uma natureza calcinada tresandando a desolação e a morte.

Estas Jornadas tiveram três partes, a primeira durante a manhã com um painel subordinado ao tema da *silvicultura preventiva* contra incêndios onde os oradores Eng. Margarida Barbosa (APFVM) e o Eng. Moreira da Silva (*Forestis*) apresentaram comunicações relacionadas com a estrutura da floresta e a gestão do sub-bosque. A estas comunicações seguiu-se um debate participado, moderado pelo Prof. Francisco Rego.

A tarde começou com a apresentação de um segundo painel dedicado às *equipas de sapadores florestais*. Foram apresentadas as comunicações da Eng. Teresa Alves da Silva (DGF), da Eng. Marisa Martins (CELFLOR), do Eng. Rui Xavier (URZE) e por fim houve a presença da CNEFF. Nas comunicações foram abordados assuntos que passaram pela filosofia da criação das equipas de sapadores florestais e o papel da DGF na coordenação das equipas, pela experiência de uma associação no trabalho com sapadores e pela estratégia da equipa de sapadores florestais da URZE. A estas intervenções seguiu-se um espaço para debate, muito participado, moderado pelo Eng. Manuel Rainha (PNM).

A terceira parte, desta jornada, foi uma mesa redonda onde os Jornalistas Paulo Prata e António Vilela questionaram o Eng. António Coimbra (PNSE), o Eng. Henrique Machado (DRABI) e o Eng. José Mota (URZE), sobre a *problemática dos incêndios florestais na encosta da Serra da Estrela*. Foram também convidados os Bombeiros Voluntários de Gouveia, parceiros nesta luta desigual que travam, desde há muito tempo, contra um inimigo que, a nível nacional tem sido o responsável pela progressiva desflorestação a que o país está sujeito.

No decorrer do dia foram partilhados saberes e experiências dos diferentes intervenientes. Houve também a oportunidade de ver debatidos alguns temas que, pela sua fragilidade e susceptibilidade, são normalmente aligeirados como é o caso das razões que estão na génese dos fogos florestais. Muitas questões foram levantadas. No entanto, findo o dia, algumas certezas ficaram para a assistência e participantes nomeadamente: o combate aos incêndios florestais passa, obrigatoriamente, por um correcto ordenamento do espaço e se inicia no acto do projecto, quando se planeiam caminhos, aceiros, quando se realiza a compartimentação do

espaço com espécies diferentes e de acordo com o seu comportamento em relação ao fogo. Ficou também claro que as associações florestais têm desempenhado um papel muito importante neste árduo combate através do trabalho dos seus técnicos, da sensibilização que eles fazem junto dos associados e da limpeza de povoamentos e infra-estruturas florestais que é fruto do exercício das equipas de sapadores. Acima de tudo, para os presentes, ficou a confirmação de que esta luta é de todos nós e por isso não devemos permanecer de braços cruzados e ver o nosso território ser pasto fácil para as chamas.

A estratégia que tem vindo a ser seguida para pôr travão a esta calamidade assenta em dois pilares essenciais: o combate e a prevenção. A verdade é que o combate tem sido privilegiado em prejuízo da prevenção. Se tivermos que optar pelo primeiro, como até agora, por mais eficiente que este seja, já perdemos a primeira batalha. O momento é propício para alterar esta atitude, não permaneçamos espectadores passivos desta tragédia que, inexoravelmente, vai matando o nosso coberto vegetal.

Rui Xavier (Técnico da URZE)

## Associação Florestal do Vale do Douro Norte

### Os incêndios e o associativismo florestal

Todos os anos na época estival se lamenta o fenómeno dos incêndios. Toda a pessoa sensível fica chocada ao ver arder áreas de extrema importância económica e ambiental. Aqui e ali vão-se desenvolvendo debates públicos espontâneos, os média alimentam as notícias deste acontecimento onde se fabricam opiniões e se acusam os responsáveis que provocam as queimadas, algumas por vezes justas. Desenvolvem-se opiniões correctoras, algumas com consistência e outras não. Assiste-se ao folclore dos políticos preocupados para que não arda mais que o ano anterior, esquecendo-se do acumulado da área ardida dos anos anteriores. A conclusão é sempre a mesma

**PREVENÇÃO.** Estes espectáculos pelo seu ar de sinistro devem ser encarados com a preocupação de todos os agentes ligados aos sectores onde estes se instalam. Quando o calor termina, acabam os debates e as preocupações, como sempre, ficamos a aguardar que as conclusões sejam activadas e executadas. Uma coisa é sempre preparada e reivindicada com antecedência, são as medidas de combate porque cada vez mais existem os interesses económicos dos agentes liga-

dos ao combate dos incêndios florestais. A prevenção passa a ser uma palavra e uma acção esquecida no panorama de combate ao flagelo incendiário. É aqui que vou contar um exemplo flagrante da prevenção. No passado dia 1 de Setembro rebentou numa floresta de pinheiro bravo um violento incêndio, que vomitava chamas com um fumo negro indiciando a grande proporcionalidade de destruição. Alertados os Bombeiros a demorarem a lógica do tempo, nós populares a assistirmos impotentes a este macabro espectáculo. Numa zona de floresta limpa, pertencente de um associado da Aflodounorte que aproveitou os apoios dos II Quadro Comunitário de Apoio, o fogo aí chegou, e aconteceu como que um milagre, o incêndio foi instinto quase naturalmente com a ajuda do nosso vasculhar de giestas verdes, ficando para os Bombeiros o rescaldo. A prevenção e os Sapadores Florestais são um dado indiscutível de combate. A dinamização dos meios preventivos devem ser prioritariamente levados em conta na acção de se instalarem nos locais de maior risco Brigadas Florestais, sendo estes elementos essenciais às medidas a adoptar. As

Associações Florestais devido às suas características e conhecimento do terreno, as Autarquias que têm gosto nas suas matas, os Conselhos Directivos, Entidades Gestoras e Proprietários florestais que querem rentabilizar e cortar as suas matas no término do crescimento e Portugal que quer uma qualidade de vida com um ar puro e respirável, devem todos dar as mãos protegendo a nossa floresta, defendendo mecanismos de **prevenção global**.

Já se concluiu, que os métodos preventivos são os mais necessários e eficazes, agora vamos pensar como activá-los. É preciso criar todos os anos um programa de prevenção de incêndios com os vários agentes ligados à fileira florestal. Para as Associações, pela sua capacidade económica, a criação de Brigadas florestais é sempre um motivo recessivo devido ao aspecto financeiro, por isso, é importante criarem-se parcerias com as autarquias e CEFFs Municipais, para que no período de prevenção se criem antídotos, prevenindo-se a ausência de incêndios, criando-se a vigilância e combate aos fogos. A limpeza das matas, caminhos e aceiros devem ter sempre

uma prioridade e com mais apoios. As matas submetidas ao regime florestal público, deveriam ser administradas pelas Autarquias, pela ausência do estado na gestão destas. As parcerias com as Associações florestais das suas áreas tornam-se mais operacionais, devido aos suportes técnicos e conhecimentos que estas já possuem. Deveriam-se aproveitar também as capacidades técnicas que se encontram inactivas nas Direcções Regionais da Agricultura, que tanto custam ao erário público.

Os Sapadores Florestais, devem ter as suas funções tais como estão descritas no Diploma que as definem, defendendo-se o custo zero para as Associações que têm a iniciativa das proporem e criarem com o objectivo de proteger e vigiar o seu tecido florestal.

Reivindica-se um maior apoio do Estado às Associações e sua Federação, recompensando justamente as acções que se fazem, em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental através da floresta Portuguesa.

António A. Aires (Presidente)

## Associação dos Silvicultores do Vale do Ave

### Boas vindas ao III QCA!!

Pareceu quase que uma travessia no deserto... As promessas sucederam-se e continuam a suceder-se, mas parece que finalmente está regulamentado o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), pelo menos no que diz respeito às ajudas ao investimento e melhoramento florestal.

A Associação dos Silvicultores do Vale do Ave, tem vindo a realizar diversas visitas de campo, a sócios e não sócios, com o intuito de cativar interesses e congregar esforços para as acções de dinamização florestal dos próximos anos. A aderência tem sido notória, tendo em conta a falta de certezas com que brindamos os nossos contactados, sócios e potenciais sócios. Foi também notório em diversos casos e num primeiro contacto, a desconfiança dos proprietários perante as ideias expostas e os serviços que esta associação pretende dinamizar. No entanto, e graças a tratar-se de um nobre ideal reconhecido por todos os contactados e pelos diversos sectores da sociedade em geral, ficaram perspectivas de um atarefado período de trabalho de realização de investimento florestal, com as ajudas do III QCA.

Serve o presente artigo para:

- agradecer desde já a confiança em nós depositada pela parte de muitos;
- prestarmos a nossa compreensão às desconfianças de alguns;
- mostrarmos o nosso empenho em vencer o cepticismo de muito poucos. Muito poucos que, embora sendo apenas muito poucos, causam pesados atrasos ao vencer de barreiras e vontades num mundo rural que muito tem sofrido e muito tem perdido em virtude de diversas acções, projectos e vontades surgidas apenas de gabinetes sem consulta local ou adequação às necessidades dos verdadeiros beneficiários.

Desde já lançamos também o nosso pedido e alerta a todas as entidades competentes e intervenientes neste processo de investimentos florestais, para que factos ocorridos no passado QCA, nomeadamente acções como o incumprimento do protocolo IFADAP/*Forestis*, não voltem a repetir-se com risco de criar situações de um total descrédito por parte das comunidades locais, inoportáveis para o funcionamento das associações florestais que se esforçam por dinamizar o sector, incenti-

vando os proprietários a investirem o seu dinheiro num sector de risco sem grandes garantias de sucesso e pouco reconhecido por todos os órgãos de governação, que no entanto movimentam milhares de contos anuais na economia portuguesa.

A floresta necessita de apoio, mas de um apoio sério, coerente e bem enquadrado com as possibilidades, direitos, deveres e benefícios dos seus proprietários. Esperemos que o III QCA, embora começando atrasado, se imponha pela real e favorável ajuda à dinamização do sector florestal português e de forma específica para cada região. O Vale do Ave necessita de um empenho técnico, político e financeiro consideravelmente elevado e que por isso deve envolver todos os órgãos de gestão territorial e autárquicos. Pretendemos apoiar os produtores locais residindo a nossa força no apoio por eles prestado e na validade técnica da nossa palavra, bem como no reconhecimento do nosso trabalho por parte das comunidades locais e dos beneficiários das nossas acções.

Os próximos 5 anos, serão determinantes no

futuro da floresta em Portugal, bem como no futuro de todo o sector rural.

Cabe assim:

- Aos proprietários, aderirem aos programas de (re)ordenamento florestal.
- Aos técnicos, planejar esse ordenamento da forma mais correcta.
- À sociedade em geral, reconhecer a floresta como bem essencial à existência humana.
- À classe política criar verdadeiros incentivos ao investimento e garantias de viabilidade dos mesmos.

A Associação dos Silvicultores do Vale do Ave, tudo fará para que estes objectivos venham a fazer parte do nosso dia a dia e não sejam apenas motivos de Show nos programas "informativos" da época balnear, em que talvez por não se falar de mais nada, se fala muitas vezes daquilo que na realidade não se conhece em profundidade.

Rui Guimarães (Técnico da ASVA)

## Ficha Técnica – Qualidade das Plantas

O sucesso de um investimento florestal começa pela qualidade das plantas. A certificação de plantas é uma forma de garantir essa qualidade.

Actualmente é obrigatório o uso de plantas certificadas para determinadas espécies nas plantações florestais.

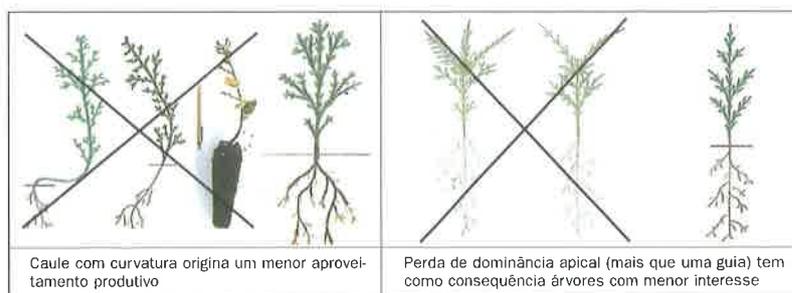
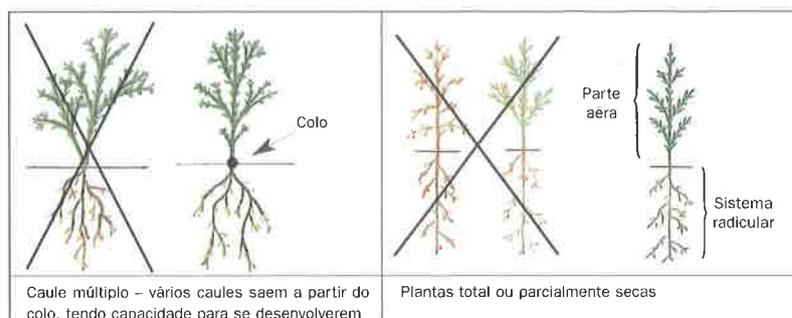
**Factores que determinam a qualidade das plantas:**

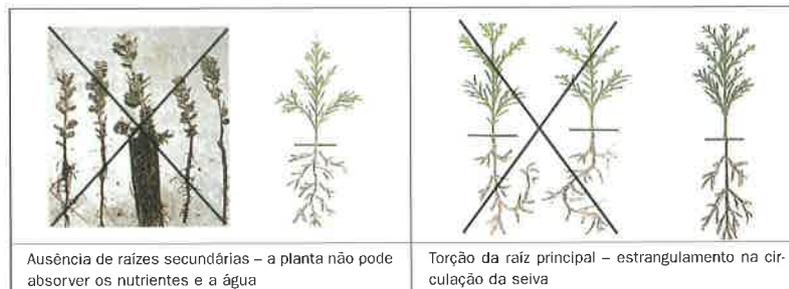
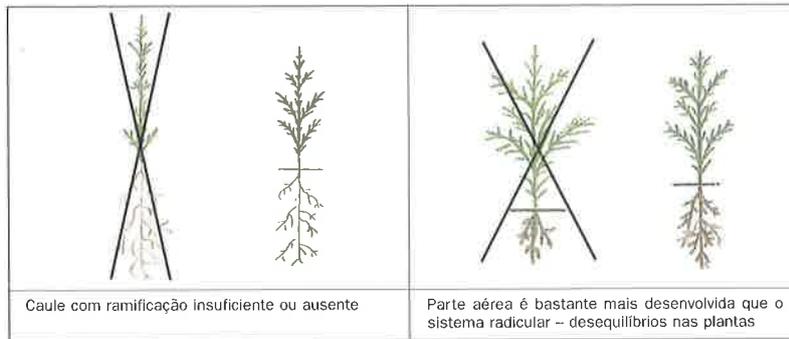
- Tempo de permanência no viveiro;

- Características morfológicas: altura da parte aérea, diâmetro do colo, a conformação do sistema radicular e a relação entre o sistema radicular e a parte aérea;

- Condições fisiológicas e sanitárias.

A selecção de plantas de qualidade é o pontapé de partida para o sucesso da plantação. Na compra de plantas devem-se eliminar aquelas que apresentam características, defeitos, nomeadamente:





## Bibliografia:

- Divisão de Valorização dos Produtos Florestais da Direcção Geral das Florestas. (1999). *Sementes e Plantas. Importância da sua qualidade*. Lisboa.
- FERREIRA, M. C.; FERREIRA, G. W.S. (1990). *Pragas dos Viveiros Florestais das Plantações e da Regeneração Natural*. Guia de Campo nº 4. Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, Lisboa.

**II Seminário *Forestis***  
**“Sustentabilidade Económica da Floresta Portuguesa”**  
**13 de Outubro de 2000, Exponor**

**Programa provisório**

9.00 H – 9.30 M – Entrega de Documentação

9.30 H – 10.00 H – Sessão de Abertura

Dr. Jorge Sampaio – Presidente da República\*

Eng.º Victor Barros – Secretário de Estado do  
Desenvolvimento Rural \*

Dr.ª Cristina Azevedo – Vice-Presidente da  
Comissão de Coordenação  
da Região Norte \*

Dr. José Silva Ramos – Presidente da *Forestis*

10.00 H – ANÁLISE DO APOIO AO INVESTIMENTO  
NO SECTOR PRODUTIVO FLORESTAL;

Moderador: Eng.º Pedro Moura – Aliança Florestal

**O período 1980-2000**

- Investimento à Produção Florestal –  
Eng.º Fernando Coucelo – IFADAP
- Prevenção e Combate aos Fogos Florestais –  
Eng.º A. Maia e Costa – CNEFF
- Organização de Proprietários Florestais –  
Eng.º Manuel Monteiro – DGDR
- Formação Profissional – Eng.ª Marília de Sousa –  
DGDR

**O período 2000-2007**

Instrumentos e Medidas de Apoio ao Investimento  
Florestal:

- Lei de Bases da Política Florestal e o PDSFP –  
Eng.º Carlos Morais – DGF
- O III.º QCA – Eng.º António Leite – DGF

11.10 H – Pausa Para Café

11.30 H – Debate

12.00 H – O Apoio ao Investimento Florestal na  
Europa:

Moderador: Prof. Dr. João Bento (UTAD)

- França: C. Pinaudeu (SODEF – Societé de  
Development Forestier)
- Espanha: Adolfo Caseiro – Associação Florestal de  
Astúrias
- Noruega: Egil Molteberg – Assessor Principal do  
Ministério da Agricultura

12.40 H – Debate

13.00 H – Pausa para almoço

14.30 H – A Sustentabilidade do Investimento no  
Sector Florestal

Moderador: Manuel Carvalho – Sub-Director do  
Público

Mesa Redonda:

- Ministério das Finanças \*
- Dr. Francisco Costa – BPI
- Eng.º Carlos Morais – DGF
- Dr. José Bento da Silva Ramos – *Forestis*
- Eng.º Fernando Carvalho – AIMMP
- Eng.º Luís Leal – CELPA
- Eng.º Correia de Sá – ANEFA
- Eng.º José Manuel Casqueiro – FPPF \*

16.00 H – Pausa para Café

16.30 H – Debate

17.30 H – Sessão de Encerramento

Dr. Joaquim Pina Moura – Ministro da Economia  
e das Finanças\*

Dr. Silva Pereira – Secretário de Estado do  
Ordenamento do Território e da Conservação  
da Natureza\*

Dr. António Cêa – Director Regional de Agricultura  
de Entre Douro e Minho

Dr. José Silva Ramos – Presidente da *Forestis*